

**DISCURSOS EMPRESARIAIS NA PREPARAÇÃO PARA A COP 30 SOBRE O
ENGAJAMENTO NO USO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS**

TACIANY CRISTINA BARBOZA NUNES
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)

PAULO THIAGO N. B. DE MELO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)

DISCURSOS EMPRESARIAIS NA PREPARAÇÃO PARA A COP 30 SOBRE O ENGAJAMENTO NO USO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

1 INTRODUÇÃO

O Brasil e o mundo estão em situação de alerta devido às mudanças climáticas. Notadamente, as grandes empresas são as que mais contribuem no processo de degradação ambiental, por liberarem gases tóxicos e usarem os recursos naturais demasiadamente. O investimento em uma produção mais limpa traz um retorno significativo financeiramente à longo prazo. Porém, se faz necessário buscar alternativas mais responsáveis visando um uso mais consciente dos recursos naturais, buscando investir em energias renováveis, como energia solar e eólica. No Brasil, mais especificamente no nordeste do país, há predominância no uso de energia solar e eólica. Assim, muitas empresas já estão fazendo uso de energias renováveis, entretanto há muito ainda a se explorar. Logo, surge a problemática da resistência de tantas empresas a adotarem práticas sustentáveis nas interações com a sociedade.

O Brasil recebe ajuda financeira de outros países para diversas áreas (Pessina *et al.*, 2022), uma delas que poderia ser de uma grande valia, seria para a ampliação de parques de energias renováveis. Atrelado a isso, a ética das empresas é algo explorado para além da boa imagem, e sim da ação de boas práticas sustentáveis, do lado social que a empresa exerce em preservar o meio ambiente e dos benefícios que ela pode conseguir (Chanlat, 2022). Além disso, o nível de transparência das empresas sobre suas práticas sustentáveis está sendo necessário, cada dia mais, e até “forçando-as” a serem ambientalmente responsáveis (Ribeiro *et al.*, 2022), abordando os desafios por trás da implementação de energias renováveis (Feitosa *et al.*, 2022).

O estudo tem como objetivo entender como as empresas estão se engajando no uso das energias renováveis, analisando seus discursos na preparação para a COP 30 em Belém. Contudo, traz também os desafios para fazer uso de energias renováveis e de fato implementar práticas sustentáveis, com uma conduta engajada e responsável. Sendo assim, espera-se com o estudo discutir como as práticas sustentáveis, como energia solar e eólica, podem ser benéficas para as organizações, propiciando uma maior notoriedade e economia para a sociedade. O estudo se faz importante diante do atual cenário de catástrofes, queimadas, aquecimento global e tantas outras externalidades negativas que o próprio ser humano vem causando. Além disso, entender quais são os impactos positivos que as energias renováveis podem proporcionar é muito importante.

Há lacunas que podem ser exploradas como: investigar projeções futuras dos investimentos internacionais, se tem tendência de crescimento ou diminuição, e possíveis áreas e projetos; analisar a natureza dos projetos voltados à modernização da gestão pública; explorar as particularidades da relação de financiadores internacionais com as unidades subnacionais e a relação com o governo federal (Pessina *et al.*, 2022); compreender como a ética influencia as boas práticas sustentáveis nas organizações (Chanlat, 2022); analisar quais as implicações das energias renováveis na agricultura familiar, se há melhoria para os pequenos agricultores ou somente para grandes empresas (Feitosa *et al.*, 2022); e sobre as dificuldades que as COPs têm na articulação com o mercado, e as dificuldades de haver sinergia entre as COPs para que as soluções sejam aplicadas (Goldemberg, 2023).

O trabalho está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, apresenta-se a fundamentação teórica que aborda os enfoques da análise proposta no estudo, que são os seguintes: os diferentes tipos de energias renováveis; as políticas públicas articuladas com iniciativas empresariais; e os investimentos para o desenvolvimento de projetos e para o acesso da população. A terceira seção descreve o percurso metodológico adotado, tratando-se de uma pesquisa documental com o método de Análise Crítica do Discurso. Em seguida, na

quarta seção, são apresentados os resultados e as discussões, com a análise dos discursos de representantes de um conjunto de organizações que atuam no âmbito do Pacto Global Rede Brasil. Por fim, nas considerações finais, retoma-se o objetivo da pesquisa e são apresentados e interpretados os principais resultados obtidos.

2 ENERGIAS RENOVÁVEIS

É possível entender a melhoria das ações organizacionais através da ética (Chanlat, 2022). No que diz respeito às práticas sustentáveis, através de uma gestão onde o diálogo é uma das estratégias, é possível desenvolver ações mais responsáveis, visando resoluções de problemas com mais eficiência e tomadas de decisão com mais clareza. A ética também traz explicações sobre a finitude, de que os recursos naturais precisam ser usufruídos responsabilmente, para que não falem para as futuras gerações, e que o ser humano precisa conhecer seus limites, principalmente as grandes indústrias que estão produzindo em nível acelerado (Chanlat, 2022). Se as estratégias empresariais forem voltadas para o retorno financeiro a curto prazo, a consequência pode ser um aumento significativo de externalidades negativas para a sociedade como um todo.

A energia eólica vem sendo bastante difundida nos últimos anos no Brasil, principalmente no Nordeste do país. Com isso, há fatores que precisam ser analisados para poder haver uma instalação eficiente e que não cause transtornos (Pinto; Martins; Pereira, 2017). A energia eólica mesmo sendo uma fonte de energia limpa, há vários impactos que ela pode causar. O primeiro deles é o impacto visual que os parques provocam, onde paisagens disputam com grandes torres. O impacto ambiental que é gerado pelo ruído no sistema eólico é uma barreira para a disseminação desta fonte renovável, porém com novas tecnologias pode ser minimizado. Há impactos relacionados às aves, que acabam colidindo com as torres, porém é uma problemática que pode ser minimizada com projetos bem elaborados (Pinto; Martins; Pereira, 2017).

No Brasil, a eletricidade é gerada, principalmente, por hidrelétricas e, até pouco tempo, era considerada uma fonte de energia limpa. Entretanto, vem se revelando causadora de impactos socioambientais como o deslocamento de populações ribeirinhas, o alagamento de áreas de florestas e outras externalidades negativas (Bursztyn, 2020). A energia solar tem seu aproveitamento por meio de painéis fotovoltaicos e teve grande avanço nas últimas décadas. A região do Nordeste tem grande incidência solar o ano todo, e ainda mais investimentos em energia solar poderia beneficiar famílias vulneráveis socioeconomicamente com a geração de empregos. A energia eólica, que tem o vento como fonte geradora de energia, também tem grande capacidade de expansão na região Nordeste. Contudo, em comparação com a energia solar, a energia eólica demanda ainda mais investimentos (Bursztyn, 2020).

O acesso à energia elétrica no Brasil tem aumentado nos últimos anos, principalmente depois da implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, que é o Programa Luz para Todos – PLpT (Carvalho; Gomes; Corazza, 2022). Este programa tem a importância de possibilitar o acesso à energia elétrica para pessoas que moram em zonas rurais ou distantes de grandes cidades e vem trazendo um debate sobre a justiça energética. Há também a justiça processual que leva em consideração a tomada de decisões, incluindo as pessoas em vulnerabilidade socioeconômica. A justiça do reconhecimento implica no respeito com as comunidades que têm sofrido com injustiças ambientais. Embora o acesso à energia elétrica tenha aumentado nos últimos anos, há localidades que ainda enfrentam dificuldades (Carvalho; Gomes; Corazza, 2022).

As novas tecnologias vêm sendo cada vez mais implementadas com o objetivo de otimizar a produção de energia nos últimos 15 anos. Entretanto, a produção de energia a partir de combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão) vem tendo um crescimento contínuo,

demonstrando que ainda há uma grande dependência (Bezerra; Marquesan; Figueiredo, 2024). A energia nuclear teve um crescimento até a década de 1990, com o objetivo de diminuir a dependência por combustíveis fósseis. Porém, a energia nuclear produz resíduos radioativos nocivos ao meio ambiente, além de levar anos para se decompor. Na agricultura, com o intuito de aumentar a produção, o uso de fertilizantes também está associado a um expressivo aumento de emissão de gases de efeito estufa na atmosfera (Bezerra; Marquesan; Figueiredo, 2024).

A agricultura sustentável pode ter uma contribuição para a inserção e fortalecimento de agricultores familiares, através de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), incentivados a adquirir inovações tecnológicas e sustentáveis (Feitosa *et al.*, 2022). Muitos agricultores acreditam que a renda da inserção de energias renováveis em suas propriedades, com o arrendamento das terras, pode ser usada para melhorias na produção por um lado, já por outro, há dúvidas se a renda é justa e se não pode gerar prejuízos no futuro (Feitosa *et al.*, 2022). Sendo assim, há necessidade de tornar o processo de implementação de energias renováveis mais transparente, para que os agricultores tenham acesso a informações mais detalhadas.

O processo de implementação das energias renováveis tem fatores que tornam o processo demorado e até inviável. Cada país tem suas particularidades, uns podem ter capacidade de adotar energia solar e eólica, outros só hidrelétricas, e há os países que recorrem a combustíveis fósseis por questão econômica (Parker, 2018). Um fator que pode estar relacionado a preferência e a viabilidade das energias renováveis, que Parker (2018) constatou, é a posição social. Os empresários têm menor preferência pelas Energias Renováveis Não Convencionais (NCRE), e tendem a considerar os combustíveis fósseis mais viáveis. Já os altos funcionários do governo preferem as NCRE, porém consideram as energias não renováveis mais viáveis. Sendo assim, foi constatado que há um consenso em relação ao apoio às energias renováveis, contudo há particularidades que tornam inviável sua implementação.

O Brasil é um país altamente populoso e, quando os resíduos sólidos urbanos não são tratados de maneira adequada, são lançados Gases de Efeito Estufa na atmosfera, que provocam o aquecimento global. No entanto, tratamentos adequados e o aproveitamento do biogás e biometano gerados pelos resíduos sólidos urbanos são capazes de propiciar a geração de energia elétrica (Nascimento *et al.*, 2019). A implantação de projetos efetivamente, que tenham como finalidade a utilização de biogás e biometano na geração de energia elétrica, pode contribuir significativamente com a diminuição da emissão de gases de efeito estufa. O Brasil não tem conhecimento da sua capacidade de geração de biogás ou biometano, pela indisponibilidade de informações técnicas e ambientais dos aterros sanitários existentes (Nascimento *et al.*, 2019), ou seja, poderia ter ainda mais aproveitamento.

A energia eólica vem ganhando força no Nordeste do Brasil, especificamente no semiárido brasileiro. As grandes empresas responsáveis pela geração de energia precisam de terras para instalar as torres eólicas com um processo de arrendamento e, muitas vezes, os contratos não ressarcem de forma justa os proprietários das terras. Os proprietários se vêem frustrados por cláusulas absurdas nos contratos que, por exemplo, em caso de desistência tem que pagar multas milionárias (Traldi, 2021). Logo, percebe-se uma discrepância do que se diz energia “limpa” e de fato como funciona o processo de transição energética no Brasil. Há falta de transparência e de uma conduta eticamente responsável. O pagamento por torre instalada favorece apenas as empresas. Os arrendadores de terras deveriam receber por MW de energia que são geradas com as instalações.

Para que as energias renováveis tenham maior avanço, é necessário o apoio dos governos estaduais com políticas públicas. A região Nordeste lidera em relação à utilização de fontes de energias renováveis, especialmente solar e eólica (Teixeira; Pessoa, 2024). A Bahia, o Ceará e o Rio Grande do Norte correspondem a aproximadamente 66% da capacidade instalada de energias renováveis. Embora existam políticas públicas que incentivam as energias

renováveis, não são voltadas para o enfrentamento de problemas climáticos. Já as políticas públicas com o intuito de enfrentar as mudanças climáticas não estão alinhadas com as energias de base renovável (Teixeira; Pessoa, 2024). Sendo assim, é preciso maior atenção do poder público, a fim de serem promovidas políticas públicas que sejam mais voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas, observando o potencial das energias renováveis.

O nível de divulgação e transparência de práticas ambientais por parte das empresas é muito importante para assegurar que as mesmas estão tomando atitudes para minimizar os danos ao meio ambiente. Entretanto, de acordo com Ribeiro *et al.* (2022), as empresas que mais poluem são as que mais divulgam, porque elas têm um índice maior de provisões ambientais. Dessa forma, nota-se que as empresas que são mais propensas a causar danos têm por “obrigação” lançar no balanço patrimonial suas provisões ambientais e, conseqüentemente, divulgar suas práticas ambientais (Ribeiro *et al.*, 2022).

Ao tratar-se da ajuda financeira que o Brasil recebe de outros países, nota-se que o setor que mais recebeu financiamento externo entre os anos de 2000 e 2020 foi a área de Infraestrutura/Transporte/Moradia, com um montante de US\$21,31 bilhões e 145 projetos. Entretanto, os setores Administração Pública (65 projetos e US\$4,91) e Agricultura (17 projetos e US\$1,31) foram os que menos tiveram financiamento externo (Pessina *et al.*, 2022). Sendo assim, nota-se que, em áreas que têm uma significativa importância para o desenvolvimento do país, não há tantos projetos para ações de melhorias em pesquisas e investimentos em novas tecnologias, por exemplo.

O consumo de energia solar através de painéis fotovoltaicos pode contribuir com a redução de gastos das famílias com energia elétrica, fazendo com que essa renda extra seja usada para outros fins, movimentando a economia e contribuindo para o aumento do PIB. De acordo com Carvalho, Magalhães e Domingues (2019), os setores que podem ter um aumento da demanda são os de: artes, cultura, esporte e recreação; atividades financeiras e seguros; e alojamento. A respeito do consumo de aquecedores solares, mais acentuado por famílias com rendas menores, que recebem entre 0,5 e 1 salário mínimo per capita, os setores que têm maior crescimento são os de fabricação de couros, alimentação, fabricação de produtos têxteis e, também, os de artes, cultura, esporte e recreação, porém com um maior nível de atividade comparado às famílias que fazem uso de painéis fotovoltaicos. Portanto, percebe-se que o uso da energia solar não beneficia somente as famílias que a utilizam, mas também a economia.

Diante de tantas externalidades negativas relacionadas às mudanças climáticas e emissão de gases de efeito estufa, se faz necessário a elaboração de planejamentos energéticos para que nos próximos anos possa haver uma diminuição dos efeitos negativos ao meio ambiente. Diante disso, em estudos realizados por Collaço e Bermann (2021), é possível ter alguma previsibilidade sobre o setor energético e as conseqüências de seu consumo. Sendo assim, nas simulações realizadas pelos autores, os cenários que adotam o pacote de políticas energéticas apresentaram o melhor desempenho para reduzir o consumo de energia elétrica. Nos cenários que tem planejamento energético local, em 2030, o consumo de combustível fóssil é reduzido em cerca de 50% em relação aos valores de 2014. Nas estratégias, está a restrição de combustíveis fósseis e um aumento no uso de renováveis no setor de mobilidade urbana, que é um dos setores que mais contribui com a liberação de CO₂.

O financiamento em pesquisas é uma das formas de aprimorar as tecnologias para a implantação e contribuir para o aumento no uso de energia proveniente das fontes renováveis. No Brasil, de acordo com Ferreira *et al.* (2022), apesar da publicação nas outras áreas ter sido maior nos últimos anos, em comparação com estudos voltados a energias renováveis, ainda assim o CT-Energ tem apresentado resultado positivo, com a importância do financiamento público para pesquisas científicas. De acordo com Ferreira *et al.* (2022), há também a questão das disparidades regionais, que embora haja uma determinação legal para que 30% dos recursos sejam destinados às regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, as regiões Sul e Sudeste

apresentam resultados superiores em termos de produção científica. Logo, isso reflete em desigualdades regionais na distribuição e efetividade do financiamento à pesquisa.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A COP (Conferência das Partes) acontece todos os anos, desde 1995, para tratar sobre a mudança do clima e discutir ações para minimizar o aquecimento global (Goldemberg, 2023). As COPs se tornaram eventos em que representantes de vários países, além de ONGs, ativistas ambientais e diversas outras entidades engajadas com a causa ambiental se reúnem para debater a questão do clima e propor soluções para a minimização da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, para que assegure a vida das gerações presentes e futuras. Além disso, nas conferências, há um forte debate sobre a importância da expansão das fontes de energias renováveis, substituindo a utilização de combustíveis fósseis, pois esta substituição pode contribuir para uma maior redução da emissão de gases de efeito estufa (Goldemberg, 2023).

A pesquisa documental trata-se da análise de documentos, que possuem dados e informações, fornecem conhecimentos e são meios de comunicação. Deve ser levado em conta quem produziu o documento, com qual objetivo, e para quem? Com quais intenções, se são pessoais ou institucionais? Ou seja, é preciso saber suas características e em quais condições foram produzidos. Além disso, na pesquisa documental, é preciso estar atento à autenticidade do documento, ou seja, se trata-se de um documento original, se tem credibilidade, se é um documento confiável (Flick, 2009). Há fases importantes no processo de coleta de dados na pesquisa documental: Na fase 1, o tipo de documento utilizado na investigação é escolhido; na fase 2, é o momento de serem usados filtros para selecionar os documentos; na fase 3, é feita a codificação, levando em conta o tema do estudo, os objetivos, o tipo de análise, e demais características da pesquisa em questão; na fase 4, ocorre o registro e organização das informações; na fase 5, realiza-se o processo de leitura e releitura; e, por último, na fase 6, é quando pode realizar o processo de análise (Yonaha, 2024).

Os documentos utilizados na análise estão divulgados no *site* oficial do Pacto Global Rede Brasil. O Pacto Global é uma iniciativa que busca o engajamento das empresas que desejam participar de forma voluntária e que se comprometem a implementar princípios universais de sustentabilidade (Pacto Global Rede Brasil, 2025a). No *site*, contém documentos que incluem: brochura sobre as iniciativas elaboradas, vídeos de eventos com compartilhamento de experiências, e notícias de divulgação para imprensa.

Neste estudo, são analisados os discursos do Pacto Global Rede Brasil sobre as energias renováveis considerando: o impacto das diferentes fontes; as políticas públicas e territórios; os financiamentos para projetos e consumo das famílias. De acordo com Fairclough (2001), o “discurso” é uma prática social e pode ser visto como ação, que implica em como as pessoas podem agir sobre o mundo e, mais especialmente, sobre os outros. De acordo com Fairclough (2001, p. 91): “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo constituindo e construindo o mundo em significado”. Ou seja, o discurso é uma prática que auxilia na criação de perspectivas e contribui para descobertas de significados. Além disso, o discurso implica em áreas como: econômica, política, cultural e ideológica. Na determinação, o discurso é um reflexo da realidade social mais profunda, já na construção social, é representado idealizadamente (Fairclough, 2001).

O discurso é considerado um conjunto complexo de atos linguísticos que se inter-relacionam e que se manifestam nos campos sociais de ação e por meio deles. E ao tratar-se da análise crítica do discurso, a linguagem adquire maior relevância à medida que os atores sociais fazem uso dela e pela forma que esse uso é feito (Santos; Costa, 2022). Na análise crítica do discurso, há um forte interesse em analisar as relações de poder e de controle que são encontradas na linguagem. Com isso, a análise crítica interpreta o discurso não somente como

um texto, mas também como uma prática discursiva e, principalmente, como prática social (Santos; Costa, 2022).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No site oficial do Pacto Global Rede Brasil, estão dispostas algumas iniciativas a respeito da COP 30. Dentre elas, está o HUB Biocombustíveis e Elétricos. Nesse sentido, O CEO do Pacto Global Rede Brasil, Carlo Pereira define o seguinte: “[...] se propõe a oferecer às empresas participantes uma jornada de **capacitação**, por meio de clínicas, **buscando o entendimento** sobre biocombustíveis e eletrificação para a descarbonização do setor de transportes do modal rodoviário, podendo se estender à cadeia de valor” (Pacto Global Rede Brasil, 2024c, grifo nosso).

Nota-se a necessidade de capacitar as empresas participantes, para que possam implementar o entendimento em suas ações organizacionais. Sobre esse Hub, a gerente de clima do Pacto Global Rede Brasil, Danielly Mello Freire, comenta o seguinte: “[...] A gente vai falar das alternativas que a gente pode estimular tanto a infraestrutura, mas também investimento, e também **regulamentação ainda necessária** para que esse Hub, e esse salto de descarbonização nesse setor, possa realmente acontecer aqui no Brasil [...]” (Responsabilidade [...], 2024, grifo nosso). A gerente de clima do Pacto Global, enfatiza a importância de haver uma regulamentação para que possa haver, de fato, uma descarbonização no setor de transporte.

Outra iniciativa diz respeito ao GT Negócios Oceânicos. Sobre essa iniciativa, o CEO do Pacto Global Rede Brasil afirma que:

A transição para uma economia de zero emissões no setor marítimo e portuário não é apenas uma **necessidade ambiental urgente**, mas também uma oportunidade para garantir uma **transformação justa e inclusiva**. [...] devemos ser **proativos**, construindo **soluções** que sejam não apenas **eficientes**, mas também **equitativas**, ou seja, distribuídas de maneira justa, com atenção especial às necessidades de diferentes grupos (Pacto Global Rede Brasil, 2024b, grifo nosso).

Essa iniciativa se faz importante pelo fato das exportações e do transporte marítimo contribuírem para o aumento da emissão de Gases de Efeito Estufa. Contudo, as iniciativas são voltadas para o poder e o controle que as empresas têm para serem mais rentáveis, deixando de lado o aproveitamento em energias renováveis.

Como visto na fundamentação teórica, as energias renováveis estão em expansão no Nordeste do Brasil. Mais iniciativas e projetos para expansão ajudariam pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, porque iria favorecer a geração de empregos (Bursztyn, 2020), e também ajudariam na redução de emissão de Gases de Efeito Estufa. Alguns impactos podem ser minimizados com projetos bem elaborados para que não causem transtornos ao meio ambiente (Pinto; Martins; Pereira, 2017).

No evento de lançamento do Pacto rumo a COP 30, a Gerente de Negócios da Schneider Electric, Laura Lima Guaitolini, falou como a empresa está contribuindo para que outras empresas incorporem o processo de transição energética:

[...] é uma grande empresa industrial que lida com gestão de tecnologia de digitalização. E a gente vê que o ODS 7 fala que a gente tem que **promover o acesso à energia limpa e sustentável para todo mundo**. [...] A gente criou vários programas, o nosso negócio inteiro é voltado para como podemos ser a empresa que possibilita que outras empresas passem pela transição energética. [...] (Responsabilidade [...], 2024, grifo nosso).

Nesse evento, a Gerente de Gestão Ambiental da Eletrobras, Liana Della Pasqua, fala sobre as iniciativas da empresa: “[...] nós temos vários programas socioambientais ligados aos **condicionantes** dos licenciamentos ambientais, mas também nós temos muitas iniciativas socioambientais complementares e estratégicas para o país. A nossa matriz energética de geração, ela é 95% **hidrelétrica** [...]” (Responsabilidade [...], 2024).

No entanto, as hidrelétricas são uma fonte de energia que está ocasionando prejuízos ao meio ambiente e às populações que moram no entorno (Bursztyn, 2020). Além disso, mesmo que tenha tido um aumento significativo nos últimos anos ao acesso à energia elétrica, ainda há localidades distantes dos grandes centros urbanos que não tem acesso a eletricidade (Carvalho; Gomes; Corazza, 2022). Logo, muitas pessoas sofrem consequências por causa das hidrelétricas e não conseguem, sequer, ter acesso à energia elétrica.

A parceria entre empresas e governo é fundamental no que tange o fortalecimento de políticas públicas. Nesse sentido:

O Pacto Global Rede Brasil e a Scania se uniram para criar o Hub de Biocombustíveis e Elétricos. A proposta é **fomentar um centro de discussões** voltado à descarbonização do transporte rodoviário reunindo especialistas, **pesquisadores, empresários**, tomadores de decisão e **governo** para promover um ambiente que favoreça a geração de projetos e iniciativas que acelerem a transição do setor para uma economia de baixo carbono [...] (Pacto Global Rede Brasil, 2024c, grifo nosso).

O excerto acima mostra o poder que uma grande empresa tem, enfatizando a participação da Scania em um projeto que visa a descarbonização do transporte rodoviário. Essa parceria, incluindo o governo em suas discussões, é importante para fomentação e possíveis ampliações de políticas públicas e ações.

No que diz respeito ao cuidado e responsabilidades que as empresas de energia devem ter com as comunidades onde elas estão inseridas, Liana Della Pasqua, Gerente de Gestão Ambiental da Eletrobras, fala nesse sentido:

[...] A Eletrobras é uma empresa que tem uma atuação indigenista de alcance único. Nós temos 24 etnias indígenas com 45 terras indígenas, é muita coisa. Então a gente tem realmente **muitos trabalhos com essas comunidades**. [...] A gente atua com essas comunidades, buscando a **proteção territorial, a valorização cultural e as atividades econômicas sustentáveis**. [...] **A gente tem uma parceria muito grande com essas comunidades**. [...] A gente busca desenvolver fortalecer as organizações dos povos originários através da escuta (Responsabilidade [...], 2024, grifo nosso).

Em seu discurso, Liana, enfatiza que a Eletrobras está comprometida com as comunidades, ao manterem o respeito com as tradições e a importância de ouvir e de manter diálogo com os povos, para que todos sejam beneficiados. E, ao tratar-se das energias renováveis, é importante que sejam ampliadas as políticas públicas de incentivos para os agricultores familiares, especialmente para os que arrendam suas terras para instalação de energia eólica, e possam ser amparados e beneficiados. Os agricultores não têm as devidas informações, se vão receber um valor justo ou se terão prejuízos (Feitosa *et al.* 2022). Infelizmente não há o devido respeito pelas comunidades, ao começar pelos contratos que são feitos com os arrendadores de terras, presos às cláusulas absurdas (Traldi, 2021).

O Pacto Global Rede Brasil traz como iniciativa o GT Agricultura Regenerativa que se trata de um “grupo de empresas que lideram ações e projetos que promovem sistemas alimentares regenerativos para recuperação da saúde do solo, ciclo hídrico e a resiliência das comunidades rurais frente aos desafios globais” (Pacto Global Rede Brasil, 2025b). No evento do Pacto Global, a Gerente de Relações com Comunidades e Performance Social da empresa Mosaic Fertilizantes, Caroline Oliveira, destaca o seguinte:

A gente tem, no nosso comitê de sustentabilidade, a prioridade para alguns ODSs. [...] Esses ODSs que são prioritários, que vai da saúde do solo à **agricultura sustentável**, a questão do consumo da água. [...] Nós temos uma agenda focada na parte de alimentação, com campanhas que a gente faz para arrecadação de alimentos e distribuição nas nossas comunidades, muito focado no **Fome Zero**. Temos também uma agenda, dentro dessa parte de alimentação, pensada em desenvolver a **alimentação saudável na comunidade escolar** [...] (Responsabilidade [...], 2024, grifo nosso).

Em sua fala, Caroline evidencia o comprometimento em contribuir com a sociedade, com programas e ações governamentais, para as comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Outra iniciativa diz respeito ao projeto Reinova. A gerente de clima do Pacto Global Rede Brasil, Danielly Mello Freire, fala sobre esse projeto, que está dentro do Movimento Conexão Circular: “[...] para que a gente consiga ainda mais ter empresas **reduzindo suas emissões** por meio de uma melhor **gestão de seus resíduos**” (Responsabilidade [...], 2024, grifo nosso). O resíduo sólido pode ter seu aproveitamento por meio políticas públicas voltadas para o biogás e biometano (Nascimento *et al.*, 2019).

No que se refere aos financiamentos para impulsionar a criação de projetos, investimentos em tecnologias e melhorias benéficas para toda sociedade, a Gerente de Gestão Ambiental da Eletrobras, Liana Della Pasqua, afirma o seguinte:

[...] Com o processo de desestatização da Eletrobras, que foi um processo recente 2021-2022, foi criada uma lei, a lei 14.182 que ela **criou uma obrigação por 10 anos das empresas investirem R\$ 875 milhões** por ano em fundos regionais para desenvolver o programa de revitalização de recursos hídricos nas bacias do rio São Francisco, Paraíba e nas áreas de influência dos reservatórios da usina de Furnas e na Amazônia Legal. (Responsabilidade [...], 2024, grifo nosso).

A Gerente da Eletrobras fala sobre a obrigação por lei para que atuem de maneira proativa e contribuam com a sustentabilidade. Quanto a isto, vale salientar que, segundo Pessina *et al.* (2022), o Brasil recebe ajuda financeira de outros países para diversas áreas que contribuem para o desenvolvimento do país, e cabe ao governo fazer a alocação dos recursos. Sobre este aspecto, Gabriella Chaves, fundadora do NoFront - Empoderamento Financeiro, em um webinar do Pacto Global Rede Brasil, comenta o seguinte:

[...] Eu quero chamar aqui a atenção da **importância da democratização desse debate, da importância da desburocratização desses instrumentos de financiamento**, para que as populações indígenas, as populações quilombolas, as mulheres consigam acessar esses instrumentos. **A gente precisa pensar em como construir mecanismos que garantam uma participação na orientação desses orçamentos, desses projetos de investimento.** [...] **A gente não pode achar que financiamento climático se restringe à subsídio para venda de carros elétricos.** [...] Existem mulheres nos interiores, nas aldeias e nos quilombos que **estão diariamente desenvolvendo tecnologias de baixo impacto ambiental, tecnologias de preservação ambiental, tecnologias de permacultura, de agroecologia. E essas iniciativas precisam de financiamento.** (2ª Webinar [...], 2024, grifo nosso).

Gabriela fala da importância de o financiamento ser mais acessível para as pessoas que tem uma contribuição nos processos de ação climática. Então, há sim necessidade que os recursos, tanto vindos de outros países, quanto os de dentro possam ter uma distribuição que abranja mais todos os atores importantes no processo de enfrentamento de mudanças climáticas.

No Brasil, são muitas as pessoas que ainda não tem um acesso pleno à energia elétrica e, sobre isso, a Gerente de Negócios da Schneider Electric destaca o seguinte:

[...] Sobre o nosso programa de **acesso à energia** que, por exemplo, o Brasil tem mais ou menos 1 milhão de pessoas sem acesso à energia, a maioria delas na Amazônia, mas não apenas na Amazônia. [...] Uma comunidade que está lá em Suruacá, no Pará, que tem um gerador a diesel rodando por dia até cinco horas da tarde que faz barulho, solta fumaça, é fedido, atrapalha as pessoas. [...] Então isso não é um acesso pleno a energia. [...] Então, se uma comunidade antes, que pescava pirarucu e tinha que vender o pirarucu in natura mais barato, porque não tinha como congelar, agora, com a eletricidade, essas comunidades podem vender um produto congelado ou podem vender um açaí em forma de polpa, e não o açaí no coquinho. Enfim, **possibilitar economia local, de uma economia da floresta em pé** e qualidade de vida para as pessoas [...] (Responsabilidade [...], 2024, grifo nosso).

O acesso à energia é atrelado não somente ao favorecimento da economia local, mas também à qualidade de vida. Nesta perspectiva, com a redução de gasto pelas famílias através de painéis fotovoltaicos, segundo Carvalho, Magalhães e Domingues (2019), outros setores - como cultura, esporte e recreação - começariam a ser demandados e favoreceria a economia local. Logo, a utilização de painéis fotovoltaicos, além de contribuir para um acesso à energia limpa e renovável, pode contribuir de forma positiva com o crescimento econômico do país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o objetivo foi entender como as empresas estão se engajando no uso das energias renováveis, analisando seus discursos na preparação para a COP 30 em Belém. A análise teve como resultado que as empresas estão tendo iniciativas que visam a minimização de efeitos danosos ao meio ambiente, porém não há iniciativas que aproveitem as energias renováveis nas interações com a sociedade. As iniciativas que foram encontradas dizem respeito às estratégias que parecem ser benéficas somente para as grandes empresas, mesmo que, de formas limitadas, contribuam para o processo de desaceleração da degradação ambiental e que a sociedade pode ser beneficiada. Nas iniciativas como o Hub de Biocombustíveis e Elétricos e o GT de Negócios Oceânicos, que têm como objetivos a descarbonização dos setores de transporte rodoviário e transporte marítimo respectivamente, o benefício fica claramente mais retido para as empresas de grande escala. Através dos resultados, algumas empresas buscam se engajar com políticas públicas, porém há muito o que se fazer. Os resíduos sólidos urbanos não têm o devido aproveitamento com biogás e biometano para geração de energia elétrica. Sobre o financiamento, há recursos, mas parece que não há uma distribuição adequada e com investimentos em energias renováveis.

O estudo trouxe como contribuições para a área de administração a necessidade de os projetos serem ampliados com recursos vindos de outros países e que o acesso aos financiamentos seja desburocratizado, para que os atores importantes que atuam na área de sustentabilidade possam também ser beneficiados. Foi possível identificar que as empresas estão tendo iniciativas com ações mais sustentáveis, porém não abrangem todos os atores importantes que colaboram com o meio ambiente. As iniciativas trazem mais benefícios para as próprias empresas. A iniciativa do projeto Reinova visa o aproveitamento de resíduos por meio da reciclagem de materiais nos processos de produção, mas não há o devido uso dos resíduos sólidos, com o aproveitamento do biogás e biometano para a geração de energia elétrica. No que diz respeito à ética, as empresas procuram ser transparentes com suas metas e ações sustentáveis, para conseguir engajar toda sociedade.

Sobre as contribuições práticas derivadas do estudo, foi possível perceber, através dos documentos analisados, que as empresas não estão aproveitando as energias renováveis nas interações com a sociedade. Os resultados deste estudo podem ser importantes para os gestores ambientais das empresas, governos e a população em geral, pois as consequências das mudanças

climáticas afetam a todos. As empresas precisam olhar mais para o potencial das energias renováveis. O governo, em parceria com as empresas, pode ampliar ainda mais as políticas públicas, para que toda sociedade possa ser beneficiada com o acesso a energias renováveis, por exemplo, e assim contribuir para um futuro mais sustentável. Há uma necessidade de que as políticas públicas sejam ampliadas com parcerias entre empresas e governo para que toda sociedade seja beneficiada, principalmente as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Este estudo utilizou a pesquisa documental com o método de análise crítica do discurso. Este método foi importante para investigar mais profundamente o tema escolhido, por permitir uma análise mais reveladora e de melhor entendimento dos discursos analisados. Uma limitação encontrada a respeito deste método é a complexidade da interpretação dos discursos, por causa de sua natureza multifacetada. Uma adaptação utilizada no método foi o grifo em frases e palavras nos discursos, que possibilitou destacar partes de maior relevância.

Como dito, o estudo pode ser interessante para gestores ambientais, governo e população em geral. Para uma divulgação que consiga atingir todos esses públicos, o estudo pode ser divulgado por meio de sites da universidade e em redes sociais como LinkedIn. Como sugestão para novos estudos, podem ser feitas pesquisas para saber se o governo tem projetos de políticas públicas com o intuito de promover o acesso a energias renováveis por famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica; quais os setores empresariais estão fazendo maior uso de energias renováveis; se há financiamentos com o intuito de ampliar as energias renováveis; e sobre quais as dificuldades encontradas para conseguir ter o aproveitamento de biogás e biometano para geração de energia elétrica.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Márcio Eduardo Garcia; MARQUESAN, Fábio Freitas Schilling; FIGUEIREDO, Marina Dantas de. Risks of technological advance and the Anthropocene feedback process in energy and agriculture. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 1-37, 2024.

BURSZTYN, Marcel. Energia Solar e desenvolvimento sustentável no Semiárido: o desafio da integração de políticas públicas. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 34, n. 98, p. 167-186, 2020.

CARVALHO, Micaele Martins de; MAGALHÃES, Aline Souza; DOMINGUES, Edson Paulo. Impactos econômicos da ampliação do uso de energia solar residencial em Minas Gerais. **Nova Economia**, [s. l.] v. 29, n. 2, p. 459-485, 2019.

CARVALHO, Yara Cristina de; GOMES, Guilherme Nascimento; CORAZZA, Rosana Icassatti. Um olhar aos resultados do Programa Luz para Todos: informado pelos conceitos e enfoques da justiça energética (2004-2010). **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, [s. l.], v. 31, n. 2, p. 501-518, 2022.

CHANLAT, Jean-François. Repensar as organizações e a sociedade a partir da ética. **Revista Organizações & Sociedade**, [s. l.], v. 29, n. 100, p. 125-153, 2022.

COLLAÇO, Flávia Mendes de Almeida; BERMANN, Célio. Potencialidades do Planejamento Energético Local na redução da desigualdade na cidade de São Paulo. **Revista Ambiente e Sociedade**. São Paulo, v. 24, p. 1-16, 2021.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. In: _____. **Teoria social do discurso**. Tradução de Izabel Magalhães. 1. Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p. 88-131.

FEITOSA, Elis Regina Monte *et al.* Nexus: Agricultura familiar, energias renováveis e construção de mercados nos territórios rurais do Rio Grande do Norte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.] v. 60, n. 3, p. 1-25, 2022.

FERREIRA, Lindomayara França Ferreira; SANTANA, José Ricardo de; RAPINI, Márcia Siqueira; MOURA, Fábio Rodrigues de. Financiamento à pesquisa em energia renovável no Brasil: uma análise a partir do Fundo Setorial de Energia. **Nova Economia**, [s. l.] v. 32, n. 2, p. 505-537, 2022.

FLICK, Uwe. Utilização de documentos como dados. In: _____. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 230-237.

GOLDEMBERG, José. Trinta anos da Convenção do Clima. **Estudos Avançados**, [s. l.] v. 37, n. 107, p. 277-287, 2023.

NASCIMENTO, Maria Cândida Barbosa; FREIRE, Elcires Pimenta; DANTAS, Francisco de Assis Souza; GIANSANTE, Miguel Bortoletto. Estado da arte dos aterros de resíduos sólidos urbanos que aproveitam o biogás para a geração de energia elétrica e biometano no Brasil. **Eng Sanit Ambient**. [s. l.], v. 24, n.1, p. 143-155, jan/fev. 2019.

PACTO GLOBAL REDE BRASIL. **Sobre nós**. [s. l.]: Pacto Global Rede Brasil, 2025a. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/#sobre-nos>. Acesso em: 17 mai. 2025.

PACTO GLOBAL REDE BRASIL. **Pacto rumo à COP30**. [s. l.]: Pacto Global Rede Brasil, 2024a. Disponível em: <https://cop30.pactoglobal.org.br/wp-content/uploads/2025/06/apresentacao-pt.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2025.

PACTO GLOBAL REDE BRASIL. **Portfólio de iniciativas do Pacto Global - Rede Brasil com projetos coletivos setoriais e transversais, com os objetivos de mitigar e adaptar, além de engajar e comunicar**. [s. l.]: Pacto Global Rede Brasil, 2025b. Disponível em: <https://cop30.pactoglobal.org.br/#projetos>. Acesso em: 3 jun. 2025.

PACTO GLOBAL REDE BRASIL. **Guia para descarbonização do setor marítimo e portuário foi lançado em evento do Pacto Global Rede Brasil em Nova York**. São Paulo: Pacto Global Rede Brasil, 2024b. Disponível em: <https://cop30.pactoglobal.org.br/index.php/2024/11/08/guia-para-descarbonizacao-do-setor-maritimo-e-portuario-foi-lancado-em-evento-do-pacto-global-rede-brasil-em-nova-york/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

PACTO GLOBAL REDE BRASIL. **Pacto Global Rede Brasil e Scania lançam iniciativa para impulsionar a descarbonização do transporte rodoviário**. [s. l.]: Pacto Global Rede Brasil, 2024c. Disponível em: <https://cop30.pactoglobal.org.br/index.php/2024/11/08/pacto-global-rede-brasil-e-scania-lancam-iniciativa-para-impulsionar-a-descarbonizacao-do-transporte-rodoviario/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

PARKER, Cristián. Energy transition in south América: Elite's views in the mining sector, four cases under study. **Revista Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 21, p. 1-22, 2018.

PESSINA, Maria Elisa Huber; COELHO, André Pires Batista; FADUL, Élvia Mirian Cavalcanti; MONTEIRO, Augusto de Oliveira. Cooperação internacional para o desenvolvimento e financiamento externo para o Brasil: uma macroanálise do período entre 2000 e 2020. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, p. 248-274, mar/abr. 2022.

PINTO, Lúcia Iracema Chipponelli; MARTINS, Fernando Ramos; PEREIRA, Enio Bueno. O mercado brasileiro de energia eólica, impactos sociais e ambientais. **Revista Ambiente e Água**, Taubaté, v. 12, n. 6, p. 1082-1100, nov/dez. 2017.

RESPONSABILIDADE corporativa ambiental: impacto e transformação. Produzido pelo Pacto Global da ONU Rede Brasil. São Paulo: [s. n], 3 jun. 2024. 1 vídeo (3h48min). Publicado pelo canal Pacto Global da ONU Rede Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tF2_1HwE7SI. Acesso em: 9 jun. 2025.

RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Edilene Santana; FREGONESI, Mariana Simões Ferraz do Amaral; CUNHA, Lucelma Maria dos Santos. Nível de *disclosure* ambiental: Postura proativa ou defensiva das empresas? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 1-20, 2022.

SANTOS, Cynthia Adrielle da Silva; COSTA, Alessandra. Empresas e ditadura civil-militar brasileira: os editoriais do jornal *Folha de S. Paulo* em uma perspectiva histórica. **CADERNOS EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, Set/Out. 2022.

TEIXEIRA, Rylanneive Leonardo Pontes; PESSOA, Zoraide Souza. Energias renováveis e mudanças climáticas: análise de políticas públicas correlatas em estados do Nordeste brasileiro. **Revista Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 27, p. 1-23, 2024.

TRALDI, Mariana. Acumulação por despossessão e green grabbing: parques eólicos, arrendamento e apropriação de terras no semiárido. **Revista Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 24, p. 1-22, 2021.

YONAHA, Tábata Quintana. A pesquisa documental como ferramenta metodológica aplicada. **Revista Delta**, [s. l.], v. 40, n. 1, p. 1-21, 2024.

2ª WEBINAR Pré-COP30: Financiamento Climático & Expectativas para a COP29. Produzido pelo Pacto Global da ONU Rede Brasil. [s. l: s. n], 5 nov. 2024. 1 vídeo (1h24min). Publicado pelo canal Pacto Global da ONU Rede Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HNouxTgMSmg>. Acesso em: 10 jun. 2025.